

CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO

ESTRATÉGIAS E POTENCIALIDADES
[2020-2030]



GECORPA
GRÉMIO DO PATRIMÓNIO

COORDENAÇÃO

VASCO PEIXOTO DE FREITAS

CONTRIBUTOS

Alice Tavares, Esmeralda Paupério,
Filipe Ferreira, João Martins Jacinto,
José Borges, Leonor Medeiros, Margarida Alçada,
Manuel Aranha, Ricardo Gonçalves,
Vasco Peixoto de Freitas, Vítor Cóias



GECORPA
GRÉMIO DO PATRIMÓNIO



GECORPA

GRÉMIO DO PATRIMÓNIO

Instituição de utilidade pública

despacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.ª Série, de 2014-12-10)

TÍTULO

Conservação e reabilitação do Património.
Estratégias e potencialidades [2020-2030]

COORDENAÇÃO

Vasco Peixoto de Freitas

CONTRIBUTOS

Alice Tavares, Esmeralda Paupério, Filipe Ferreira, João Martins Jacinto,
José Borges, Leonor Medeiros, Margarida Alçada, Manuel Aranha,
Ricardo Gonçalves, Vasco Peixoto de Freitas, Vítor Cóias

REVISÃO

Inês Flores-Colen
Lia Nunes

PRODUÇÃO EDITORIAL

Canto Redondo

GRAFISMO E PAGINAÇÃO

Joana Torgal

IMPRESSÃO

Grafisol

TIRAGEM

500 exemplares

ISBN

978-972-99758-9-9

DEPÓSITO LEGAL

491879/21

EDIÇÃO

GECORPA - Grémio do Património
Av. Conde Valbom, 115, 1.º Esq.
1050-067 Lisboa
gecorpa.pt | info@gecorpa.pt

1.ª Edição Novembro 2021

© Autores & GECORPA

Os textos e imagem desta obra não podem ser reproduzidos por qualquer processo digital, mecânico ou fotográfico sem prévia autorização do GECORPA e dos autores.

CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO

ESTRATÉGIAS E POTENCIALIDADES
[2020-2030]

COORDENAÇÃO

VASCO PEIXOTO DE FREITAS

CONTRIBUTOS

Alice Tavares, Esmeralda Paupério,
Filipe Ferreira, João Martins Jacinto,
José Borges, Leonor Medeiros, Margarida Alçada,
Manuel Aranha, Ricardo Gonçalves,
Vasco Peixoto de Freitas, Vítor Córias

07

INTRODUÇÃO

10

PATRIMÓNIO(S)

12

**IDENTIFICAÇÃO E
CARACTERIZAÇÃO**

19

**GESTÃO DO
PATRIMÓNIO**

22

**RISCOS PARA
O PATRIMÓNIO**

25

**IMPORTÂNCIA
DO INVESTIMENTO
PÚBLICO**

28

**METODOLOGIA
DE INTERVENÇÃO
NO PATRIMÓNIO**

32

**FORMAÇÃO E
QUALIFICAÇÃO
DOS ATORES**

36

**RECOMENDAÇÕES
PROPOSTAS
E MEDIDAS**

40

ASSOCIADOS

42

**ORGÃOS SOCIAIS
2022-2030**

INTRODUÇÃO

O GECORPA – Grémio do Património tem, ao longo de mais de duas décadas, contribuído para a reabilitação do património edificado e em particular para a preservação do património cultural imóvel, como forma de salvaguardar a nossa herança cultural. Por outro lado, procura incentivar a qualidade das intervenções de reabilitação e divulgar as boas práticas, o que pressupõe projetistas e empresas qualificadas e com competências específicas adequadas às necessidades correntes.

OS GRANDES OBJETIVOS DO GECORPA – GRÉMIO DO PATRIMÓNIO SÃO:

- 1.** Promover a reabilitação, a conservação e o restauro do património cultural imóvel, em particular, do património edificado como alternativa à construção nova, concorrendo, deste modo, para o desenvolvimento sustentável do país;
- 2.** Zelar pela qualidade das intervenções de reabilitação das construções e do património cultural imóvel, através da divulgação das boas práticas e da formação especializada, promovendo a qualificação dos recursos humanos e das empresas deste setor;
- 3.** Contribuir para a melhoria do ordenamento do território e da paisagem, bem como da regulação das competências no setor da construção e para a mudança do seu papel na economia e na sociedade.

Um grupo de especialistas elaborou o presente documento estratégico *Conservação e reabilitação do património – estratégias e potencialidades [2020-2030]*, que visa sensibilizar os decisores e atores que intervêm no património, com os seguintes objetivos principais:

- Refletir sobre a problemática da conservação e reabilitação do património edificado em Portugal;
- Contribuir para uma atualizada identificação e caracterização do património edificado;

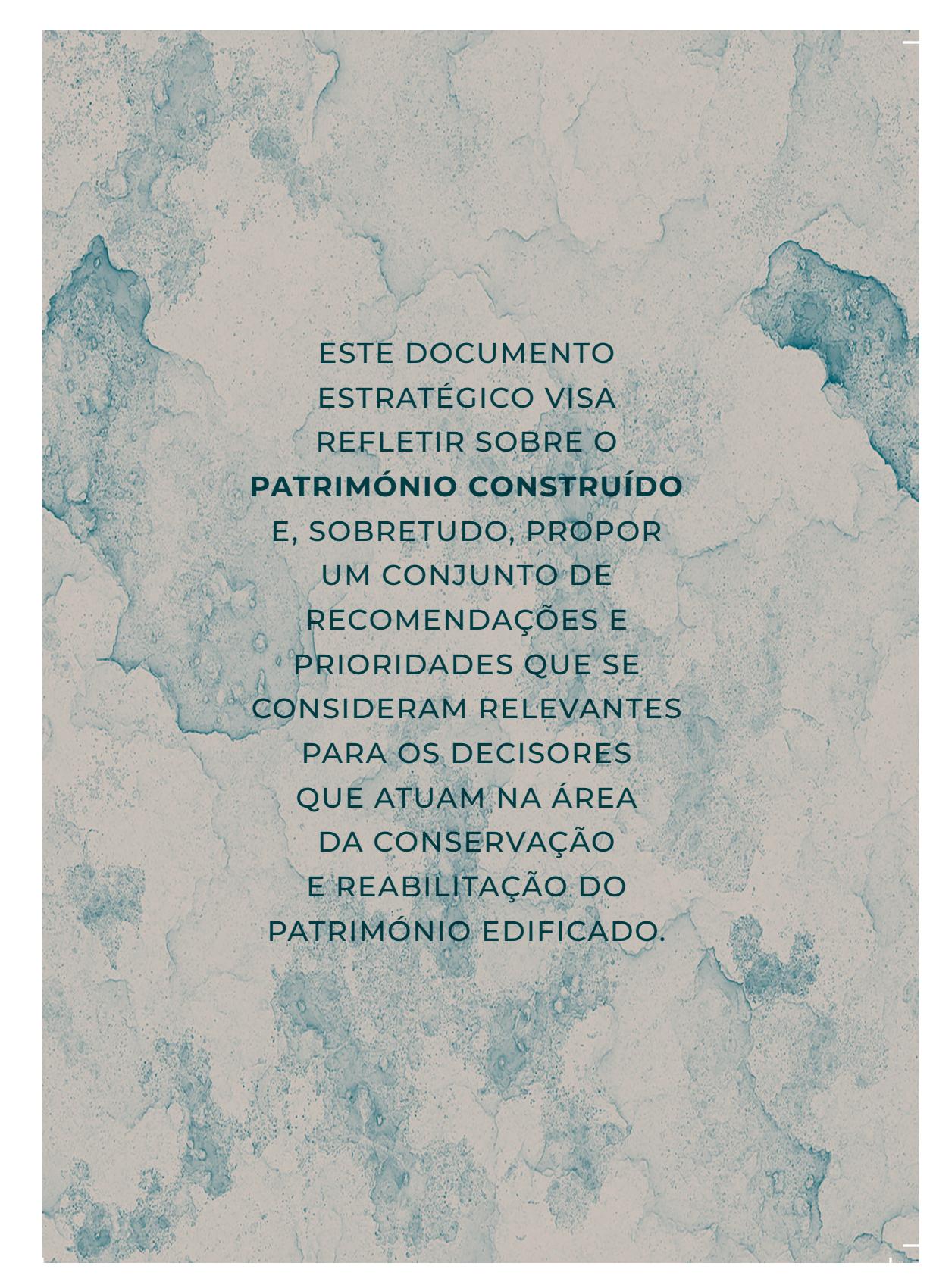
- Contribuir para enquadrar a gestão do património cultural imóvel e avaliar quem o gere;
- Refletir sobre metodologias de intervenção e prioridades;
- Analisar o investimento público;
- Refletir sobre a formação e qualificação dos atores;
- Propor um conjunto de recomendações e medidas.

É nossa responsabilidade coletiva saber preservar o vastíssimo património edificado que o país possui. A cultura e o património cultural têm vindo a afirmar-se como um dos setores economicamente mais promissores da Europa. O património cultural constitui uma das principais razões para os visitantes escolherem um destino e o turismo cultural afirma-se como um dos setores turísticos em maior crescimento. Por conseguinte, para além do valor identitário, o património cultural constitui uma importante fonte de emprego e de receitas para os países europeus, com um impacto positivo substancial na subsistência económica da Europa. O seu potencial para o crescimento sustentável é enorme e os riscos a que está exposto [em particular os que estão relacionados com a perda de autenticidade] devem ser avaliados antes de uma intervenção.

O crescente turismo cultural em Portugal é um fenómeno que está a criar uma dinâmica muito favorável à intervenção no património edificado, mas que exige, também, uma análise cuidada, uma vez que intervenções demasiado rápidas não são compatíveis com a elaboração de estudos de diagnósticos aprofundados, projetos detalhados e obras controladas, o que pode ter como consequência a delapidação do património edificado que se está a pretender preservar.

É crucial contribuir para a monitorização de soluções que estão a ser implementadas atualmente nas construções de forma a evitar erros sucessivos e incentivar a adoção das melhores estratégias.

A natureza única e insubstituível do património cultural imóvel exige planeamento nas intervenções e uma visão que assegure que tão importante recurso permaneça para futuras gerações. Sendo um bem público não renovável, a sua preservação e valorização são responsabilidade da sociedade no seu conjunto, incluindo as esferas políticas, jurídica e administrativa, para além das comunidades que o detêm.



ESTE DOCUMENTO
ESTRATÉGICO VISA
REFLETIR SOBRE O
PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO
E, SOBRETUDO, PROPOR
UM CONJUNTO DE
RECOMENDAÇÕES E
PRIORIDADES QUE SE
CONSIDERAM RELEVANTES
PARA OS DECISORES
QUE ATUAM NA ÁREA
DA CONSERVAÇÃO
E REABILITAÇÃO DO
PATRIMÓNIO EDIFICADO.

PATRIMÓNIO(S)

O património edificado está estritamente ligado com outros patrimónios: o património móvel, o património móvel integrado, o património arquivístico, o património arqueológico, o património audiovisual, o património imaterial, entre outros, devidamente reconhecidos pelo direito português e que, juntos, apoiam o conhecimento do património edificado e das sociedades humanas que com ele interagem.

O património edificado é um elemento crucial do património cultural português, essencial para o bem-estar das comunidades, para a manutenção do espírito do lugar e para a preservação das paisagens culturais. Apresenta um vasto potencial científico, cultural e económico no âmbito das áreas relacionadas com a educação, formação, turismo ou empreendedorismo. A sua preservação, através da conservação e reabilitação, apresenta valores de sustentabilidade ambiental, social e económica, imprescindíveis à sociedade atual. O património vernacular e o património industrial, a par com outros patrimónios, são ainda pouco reconhecidos como foco para a conservação e reabilitação, muitas vezes desprezados pelo seu carácter ordinário e funcional, mas fundamentais para o conhecimento e enquadramento da nossa História.

Numa evolução dinâmica, a noção de património tem vindo a alargar-se, integrando novos critérios e conceitos, dando lugar ao que se pode designar de “novos patrimónios”, nomeadamente, as construções do século XX associadas ao início da utilização de novos materiais, tais como o betão armado. Neste contexto, deve-se olhar para o abundante e diversificado património edificado do século XX com particular relevância para a Obra Pública. Para além de outros critérios, o valor patrimonial da obra pública deve ser baseado no seu valor social enquanto valor cultural. Atualmente, muitas destas obras públicas, como hospitais, mercados, teatros, pontes, obras hidráulicas, estão sem uso, encontrando-se fortemente degradadas e completamente desaproveitadas.

O património monumental, ou como anteriormente dito, património cultural imóvel, tem um forte relacionamento com o património corrente, função de vários fatores, como por exemplo a coesão social ou a sustentabilidade local associada à componente turística. Não podemos esquecer que o património é uma herança que recebemos dos nossos antepassados, que temos obrigação de preservar e de legar às gerações futuras. Reflete a identidade de um povo, a sua civilização e a sua cultura. Segundo a UNESCO, o que torna excepcional o conceito de Património Mundial da Humanidade é a sua aplicação universal.

O património corrente, ou como referido, o património edificado, muitas vezes não tem nenhuma medida de proteção, mas tem valor pelo conjunto, quando inserido numa malha urbana, num sítio, ou pelas técnicas tradicionais de construção ou decorativas utilizadas. Poderá também ter importância relevante por apresentar indicações do modo de viver de outras épocas.

As propostas de intervenção nos antigos edifícios habitacionais de “arquitetura corrente” que são reconhecidos como património deverão respeitar as características intrínsecas destes edifícios. Ações de demolição geral do interior e da sua estrutura original, mantendo-se só a fachada, conduzem à completa descaracterização do edificado, à perda da identidade social e à perda das diferentes formas de habitar a cidade, bem como à destruição da história da construção, métodos e materiais tradicionais. Deverá ser avaliado o edifício associado ao uso que teve e aos materiais e técnicas usadas, e tentar, assim, compatibilizar essas características com o modo de ocupação atual, com as características dos novos materiais e com as novas técnicas e práticas de construção. Deverá ser o novo uso a adaptar-se ao edifício e às suas pré-existências e não o contrário.

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

TIPIFIKAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Em Portugal, a legislação define o Património Cultural Português como o conjunto de bens materiais e imateriais que estão sujeitos a uma determinada exposição e vulnerabilidade e que, pelo seu valor próprio, são considerados como de interesse para a identidade cultural portuguesa. Para além disso, define os direitos e deveres dos cidadãos e do Estado perante o Património Cultural.

O Instituto Nacional de Estatística (INE), com a colaboração da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), apresenta, anualmente, os dados relativos ao património em Portugal destacando a categoria, a tipologia, a entidade responsável pela tutela [figura 1], bem como a sua distribuição geográfica [figura 2]. Dos cerca de 4 500 bens imóveis classificados, o maior número de edifícios centra-se na arquitetura civil e arquitetura religiosa, sendo que juntos correspondem a cerca de 80 por cento. O património classificado como sítios arqueológicos, arquitetura militar e arquitetura mista representa apenas 20 por cento.

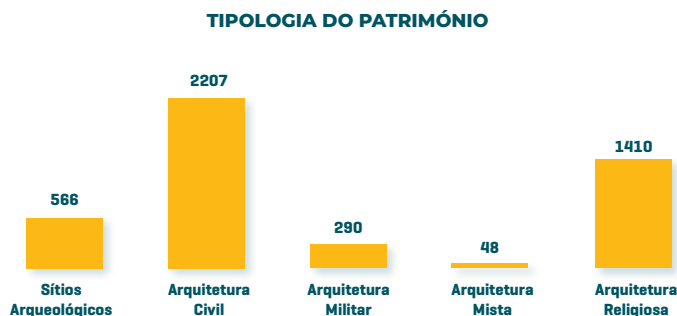


FIGURA 1 TIPOLOGIA DO PATRIMÓNIO (2017).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO PATRIMÓNIO

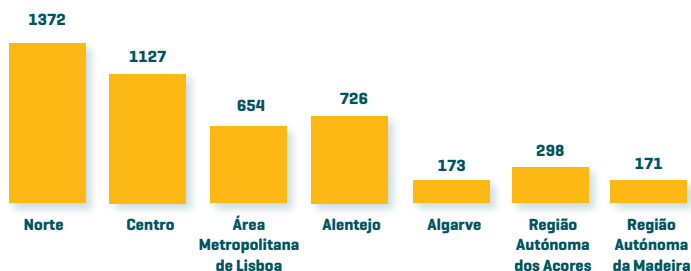


FIGURA 2 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMÓVEL EM PORTUGAL.

MUSEUS

O Observatório das Atividades Culturais (OAC) foi uma associação sem fins lucrativos criada pelo Estado Português em colaboração com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e com o INE. Um dos objetivos desta associação era agregar as estatísticas geradas a partir dos Inquéritos aos Museus (IMUS), identificando os museus em funcionamento, em projetos e intenções de criação. Essa base de dados [BdMuseus] deixou de ser atualizada em 2011 aquando da extinção do OAC. Anualmente, o INE divulga os seus dados na publicação *Estatísticas da Cultura*.

Os cerca de 430 museus classificados pelo INE [figura 3] têm a sua distribuição geográfica evidenciada na figura 4.

N.º DE MUSEUS EM PORTUGAL

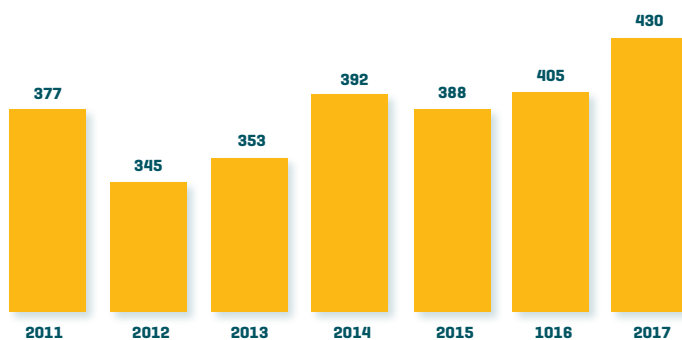


FIGURA 3 NÚMERO DE MUSEUS EM PORTUGAL ENTRE 2011 E 2017.

O NÚMERO DE VISITANTES DOS MUSEUS EM PORTUGAL TEM VINDO A CRESCER ATINGINDO MAIS DE 17 MILHÕES EM 2017 E QUASE 20 MILHÕES EM 2018.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUSEUS EM PORTUGAL EM 2017

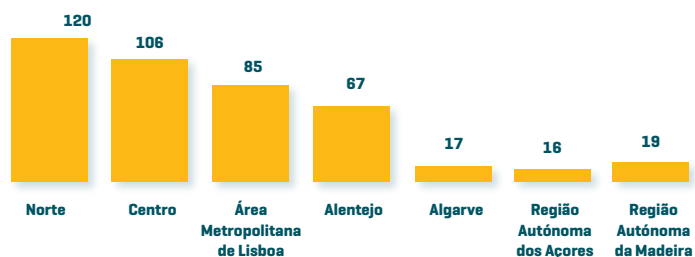


FIGURA 4 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUSEUS CLASSIFICADOS EM PORTUGAL.

PATRIMÓNIO RELIGIOSO

O INE identifica como Património Religioso 1 410 bens, subdivididos pela DGPC em vários tipos [figura 5], sendo a distribuição geográfica representada na figura 6.

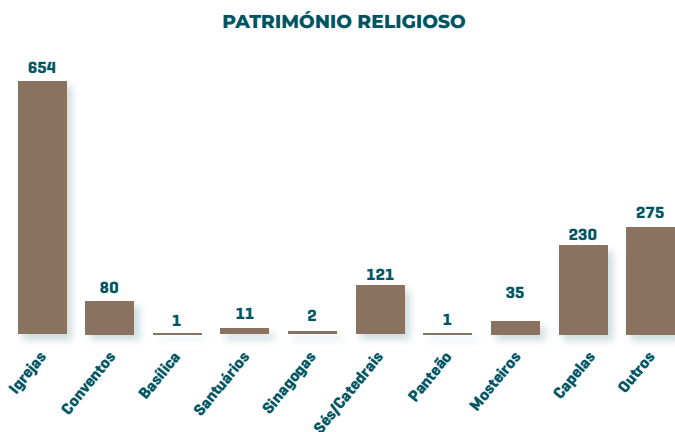


FIGURA 5 TIPIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO RELIGIOSO EM PORTUGAL.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO PATRIMÓNIO RELIGIOSO EM PORTUGAL

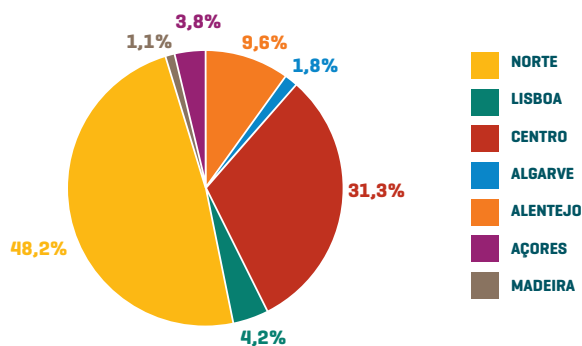


FIGURA 6 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO PATRIMÓNIO RELIGIOSO EM PORTUGAL.

PALÁCIOS

Outro tipo de património que importa caracterizar e tipificar são os palácios. Os dados disponíveis estão no portal da DGPC e no Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). Os números fornecidos pelo SIPA não estão totalmente de acordo com o levantamento da DGPC, que refere existirem 181 imóveis, dos quais 152 estão classificados como Património Cultural Imóvel [figura 7].

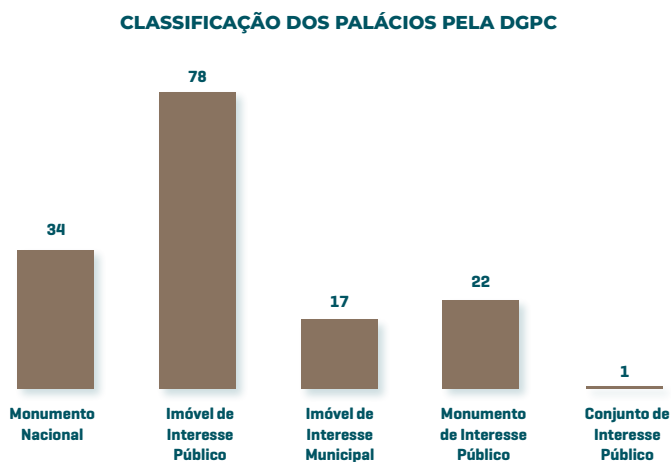


FIGURA 7 CLASSIFICAÇÃO DOS PALÁCIOS EM PORTUGAL - DGPC.

PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

A necessidade de conservar o testemunho histórico que o Património Industrial possui é algo atual devido à importância tecnológica, científica, arquitetónica e sociológica. Ao contrário do Património Religioso e dos Palácios, a necessidade de proteção é bem mais recente e menos tida em conta. Para além disso, o número de imóveis considerados Património Industrial é bem mais reduzido. Segundo o portal da DGPC há 20 imóveis referenciados como Património Industrial, sendo que apenas 13 imóveis estão classificados como pertencentes ao Património Cultural Português [figura 8].

CLASSIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

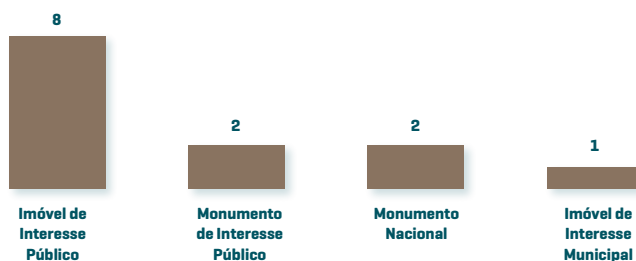


FIGURA 8 CLASSIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL EM PORTUGAL.

SÍNTESE

É fundamental fazer um levantamento, mapeamento e caracterização exaustiva do Património Cultural Imóvel, evidenciado o grau de conservação/degradação dos edifícios. Para uma preservação sustentada, sem descaracterização, é essencial um conhecimento prévio das diversas tipologias de construção existentes, do seu estado físico associado ao seu desempenho estrutural, das necessidades de reabilitação/conservação/manutenção e da sua localização territorial. Só categorizando as construções e as suas necessidades é possível definir prioridades de intervenção associadas a critérios de intervenção mínima.

Portugal tem mais de 4 500 imóveis classificados como Património Cultural Imóvel. É fundamental a mais completa caracterização de todo o património e a definição de um plano estratégico de intervenção a médio prazo, sejam obras de conservação, de restauro ou de reabilitação.

É também motivo de preocupação conhecer o uso atual (público e privado) e caracterizar as intervenções efetuadas para se aprender quer com o sucesso dessa atuação, quer com os erros eventualmente cometidos. Por outro lado, seria da maior relevância conhecer os projetos em curso para se poder melhor perspetivar um plano estratégico fundamentado para o horizonte de uma década.



**PORTUGAL TEM MAIS DE
4 500 IMÓVEIS CLASSIFICADOS
COMO PATRIMÓNIO CULTURAL.**

É FUNDAMENTAL A MAIS
COMPLETA CARACTERIZAÇÃO
DE TODO O PATRIMÓNIO
E A DEFINIÇÃO DE UM
PLANO ESTRATÉGICO DE
INTERVENÇÃO A MÉDIO
PRAZO, SEJAM OBRAS DE
CONSERVAÇÃO, DE RESTAURO
OU DE REABILITAÇÃO.

GESTÃO DO PATRIMÓNIO

Na gestão do património edificado, um aspeto crucial prende-se com o conhecimento de quem gere o património, ou seja, a necessidade de se identificar quem tem a responsabilidade de investir na manutenção, conservação e reabilitação desse mesmo edificado. Não há muita informação sobre esta matéria, mas pode afirmar-se que existem edifícios geridos por entidades públicas ou mistas e muitos outros por entidades privadas [figura 9].

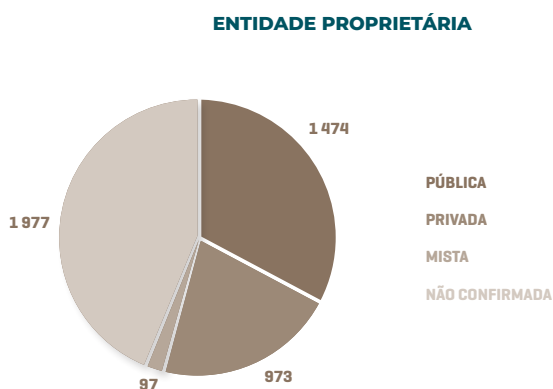


FIGURA 9 ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO PATRIMÓNIO CULTURAL CLASSIFICADO EM PORTUGAL.

A título de exemplo, identificam-se nas figuras 10 e 11 quem tem a responsabilidade pela gestão dos museus e do património religioso. No que se refere às igrejas, apenas 15 por cento são consideradas Património Cultural Imóvel e a sua esmagadora maioria é gerida pela Igreja Católica [figura 11].

TUTELA DOS MUSEUS EM PORTUGAL EM 2017

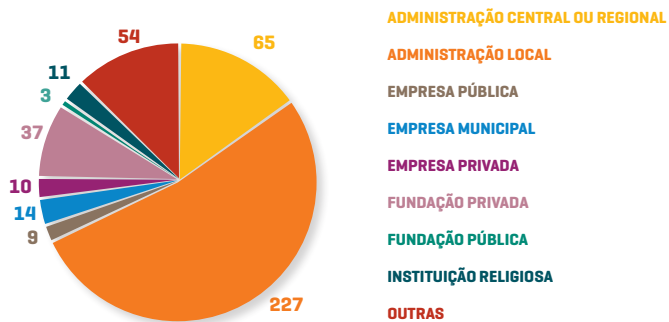


FIGURA 10 TUTELA DOS MUSEUS EM PORTUGAL.

TUTELA DO PATRIMÓNIO RELIGIOSO EM PORTUGAL

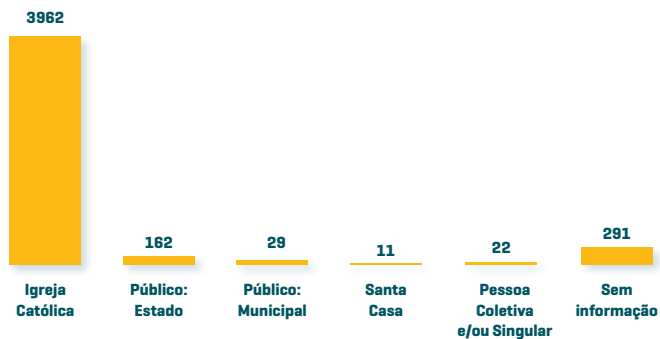


FIGURA 11 TUTELA DO PATRIMÓNIO RELIGIOSO EM PORTUGAL.

Com base na informação disponível pode admitir-se que o estado central e os municípios gerem um número significativo de palácios em Portugal, como mostra a figura 12, embora uma grande parte dos palácios classificados pela DGPC seja gerido e tutelado por privados.

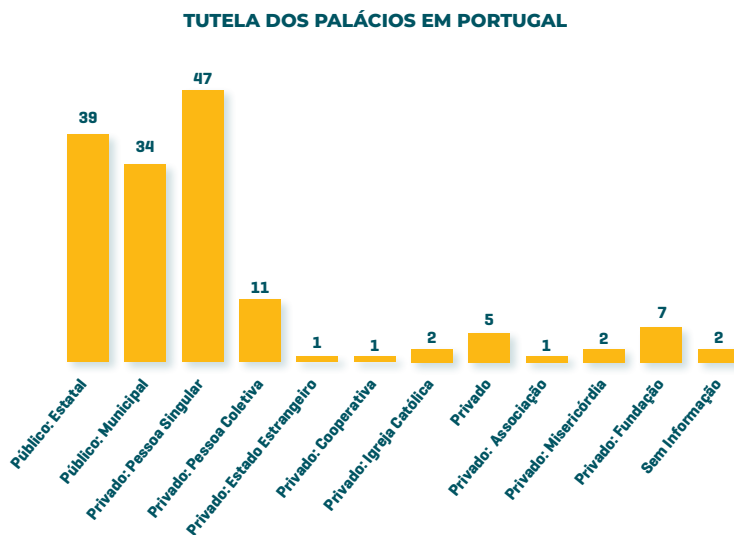


FIGURA 12 TUTELA DOS PALÁCIOS EM PORTUGAL.

**HÁ FALTA DE INFORMAÇÃO
SOBRE QUEM TUTELA/GERE
O PATRIMÓNIO CULTURAL
PORTUGUÊS, SENDO ESSA INFORMAÇÃO
DA MAIOR RELEVÂNCIA PARA A
DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS E
POSSÍVEIS INVESTIMENTOS.**

RISCOS PARA O PATRIMÓNIO

O aumento da vulnerabilidade do património construído devido ao envelhecimento e degradação do tecido edificado, em particular nos centros históricos onde muitos dos edifícios que os constituem estiveram muito tempo ao abandono, traduz-se num aumento do risco deste edificado às ações antrópicas e às ações naturais. Tendo o património construído, e em particular o património cultural imóvel, uma ligação muito próxima às pessoas desempenhando um papel crucial no sentimento de pertença ao lugar e na identidade cultural das comunidades, os processos de reabilitação deverão ser bem avaliados e balizados.

Tem-se assistido a uma significativa atividade de adaptação e reabilitação do património edificado que, num período muito mais curto do que o expectável, está a transformar os centros históricos, com um impacto positivo na economia, na redução do desemprego e nas receitas municipais. É, no entanto, necessário acautelar abordagens demasiado economicistas, que ponham em causa o valor cultural dos edifícios ou dos conjuntos afetados pelas intervenções, e é imprescindível que a avaliação dos riscos seja sempre efetuada, mesmo que corresponda a uma posição dissonante, pois só assim será possível, de uma forma planeada, aproveitar as enormes potencialidades que a conjuntura oferece.

Assim, para além dos riscos naturais a que o património edificado está sujeito como as cheias, o deslizamento de vertentes, ou a ocorrência de sismos entre outros, considera-se de crucial importância refletir sobre os seguintes aspetos:

- a) Incompatibilidade dos programas de adaptação a novos usos propostos com as limitações dos edifícios antigos e com a necessidade de preservar os aspetos que lhes dão valor enquanto património cultural;
- b) Qualificação dos atores das obras de reabilitação e conseqüente risco na qualidade e durabilidade das intervenções;

c) Custos de transação desajustados ao valor intrínseco do edifício reabilitado, o que é seguramente muito interessante a curto prazo do ponto de vista económico, mas exige uma reflexão sobre a sustentabilidade a médio e longo prazos;

d) Adoção de soluções construtivas que não são verdadeiramente eficientes por não atenderem às condições climáticas, económicas e culturais.

O património edificado [classificado ou não] está sujeito a inúmeros riscos que põem em causa a sua preservação com critérios de autenticidade e integridade. Os aglomerados urbanos são lugares onde vivem comunidades que possuem memória e que, conjuntamente com os edifícios, são parte integrante da sua história. A destruição do património edificado conduz à perda de identidade e do sentido de pertença aos locais e aos grupos comunitários, traduzindo-se frequentemente na perda da qualidade de vida das populações.

EM SÍNTESE, PODE AFIRMAR-SE QUE OS RISCOS PARA O PATRIMÓNIO EDIFICADO SÃO:

1. RISCOS ANTRÓPICOS

Uso inadequado das construções, alteração da função principal, intensificação do turismo, alterações no contexto do edificado que debilitam as construções ao nível da segurança estrutural e ao nível de conforto, intervenções desadequadas nas envolventes dos edifícios e falta de planeamento.

2. FALTA DE QUALIDADE DAS INTERVENÇÕES

Qualificação inadequada dos atores [empresas e mão de obra], tempos muito curtos de obra com deficiente definição das intervenções, com orçamentos mal elaborados de forma incorreta e com prazos de execução mal determinados. As intervenções inadequadas podem ser devidas ao desconhecimento dos projetistas, executantes e proprietários, com a complacência das entidades públicas [câmaras municipais e o poder central]. Em muitos edifícios reabilitados foram removidos todos os elementos arquitetónicos e decorativos e completamente alterada a sua tipologia. As razões principais são, por vezes, o lucro imediato e uma grande ignorância sobre a importância do património.

3. ERROS DE CONCEÇÃO DE PROJETO

Falta de qualificação técnica ou opções de projeto com custos de utilização não sustentáveis, bem como pressão para um trabalho acelerado e a baixo custo, com diminuição da capacidade de análise e do cruzamento de especialidades.

4. ABANDONO/FALTA DE MANUTENÇÃO

Falta de investimento na manutenção contínua e a longo prazo, o que aumenta a vulnerabilidade das construções às ações naturais e deixa os edifícios sem cuidados mínimos de conservação que assegurem a sua longevidade, permitindo por vezes a ocupação indevida dos espaços, com consequências no estado de conservação e potenciação do risco de vandalismo e incêndio.

5. TURISTIFICAÇÃO

A massificação do turismo é um fenómeno crescente em Portugal, constituindo uma ameaça à boa conservação dos edifícios e conjuntos históricos, e, sobretudo, ao seu carácter e autenticidade.

6. INTERVENÇÕES DESAJUSTADAS

Em algumas situações as marcas da pré-existência perdem-se para sempre.

IMPORTÂNCIA DO INVESTIMENTO PÚBLICO

O Turismo em Portugal tem crescido nos últimos anos. Segundo dados do INE, no ano de 2018 o número de visitantes foi cerca de 23 milhões. A Conta Satélite da Cultura em Portugal tem permitido que se conheça de forma mais concreta qual o impacto da cultura na economia e no emprego, dando informação quantificada sobre a estrutura de produção das atividades relacionadas com a Cultura. Estes dados são fundamentais para a construção de políticas públicas devendo, no entanto, ter-se em atenção que, como a cultura não é essencialmente um bem de mercado, não se deverá confundir a quantificação com a mercantilização.

A presença de cada vez mais turistas gera mais receita para a economia em geral, mas também para o setor da cultura. Como mostra a figura 13, tem havido um crescimento significativo do número de visitantes nos palácios de Portugal. A pequena queda no número de visitantes em 2018 prende-se com a estratégia seguida que consistiu na decisão de limitar o número de entradas visando evitar a sobrelocação de espaços com o objetivo de zelar pela segurança das pessoas, dos bens e da preservação do Património Cultural. Também o número de visitantes dos museus em Portugal tem vindo a crescer, atingindo mais de 17 milhões em 2017 e quase 20 milhões em 2018 [figura 14].

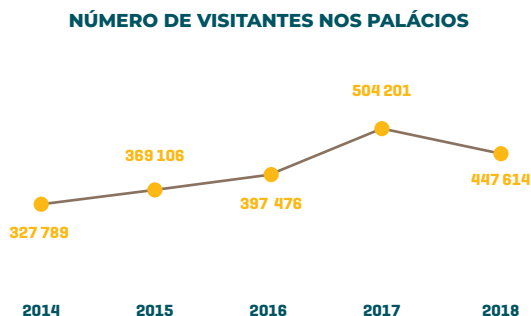


FIGURA 13 NÚMERO DE VISITANTES NOS PALÁCIOS EM PORTUGAL DESDE 2014.

VISITANTES DOS MUSEUS EM PORTUGAL (MILHARES DE PESSOAS)

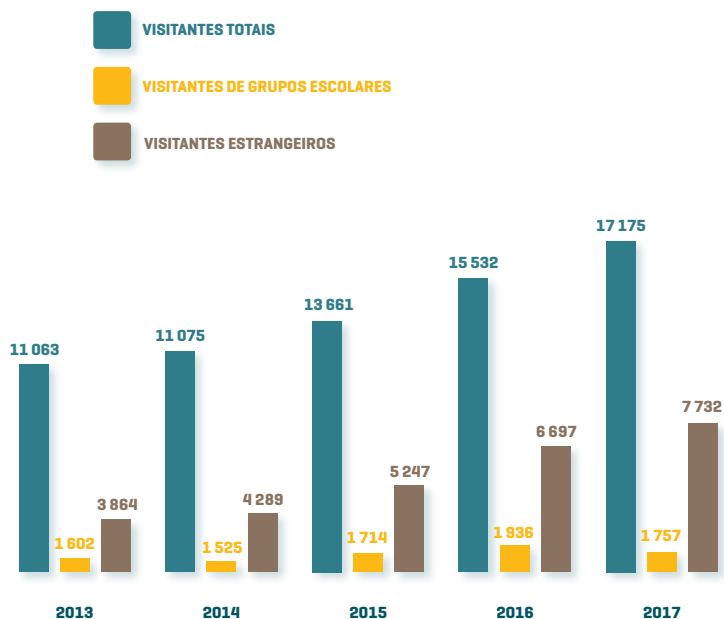


FIGURA 14 NÚMERO DE VISITANTES DOS 430 MUSEUS CLASSIFICADOS EM PORTUGAL.

O Orçamento da Cultura para 2020 do Estado Português, embora tenha crescido, representa muito menos do que 0,3 por cento do PIB, o que é manifestamente insuficiente. Soprattutto, quando se definiu como objetivo principal a consolidação e valorização do patrimônio material.

Vive-se atualmente um período de investimento público ao abrigo do Portugal 2020, mas não se dispõe ainda de informação clara sobre a estratégia a partir de 2022. O investimento de 150 milhões de euros previsto na medida RE-CO4-i02 (PRR) para a requalificação e conservação dos museus, monumentos e palácios do Estado, para

a requalificação dos Teatros Nacionais e a implementação do Programa Saber Fazer é claramente insuficiente e centralizado numa área limitada do país.

Cabe também ao Estado o papel regulador e a definição de estratégias de financiamento e apoio financeiro à conservação e reabilitação do património, pelo que consideramos fundamental a elaboração de um plano de investimento e incentivos a médio prazo que permita assegurar aos atores um adequado planeamento. Se não se for suficientemente sagaz na definição da estratégia de intervenção e se as entidades responsáveis não tiverem capacidade de influenciar, com políticas e financiamentos relevantes de forma a reabilitar o património edificado do país como um todo, corre-se o risco de daqui a uma década nos lamentarmos por não se ter sido capaz de aproveitar uma oportunidade de criar valor cultural e económico.

É, portanto, indispensável caracterizar como é atribuído o “PODER” de intervir na conservação e reabilitação do património, sendo da maior relevância contribuir para estabelecer uma cultura de exigência, que inevitavelmente obriga à definição dos níveis de competência dos responsáveis pela gestão e à clarificação dos programas que são anunciados, essencialmente de natureza política, não regulamentados e não tendo em atenção as capacidades que são indispensáveis para o reconhecimento dos responsáveis por todo o processo de conservação e reabilitação do património. A todos deverá ser exigida qualificação específica e criteriosa para intervir neste setor.

É necessária a preparação dos gestores para estarem aptos a assumir a responsabilidade da estratégia a seguir, participando convenientemente no grande desafio da “Conservação e Reabilitação do Património”. Haverá que alterar substancialmente o quadro atual em que se encontra menos sensibilização por não ter havido formação prévia.

METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO

ARQUITETURA – PROGRAMA

Os organismos responsáveis pela gestão do património edificado, sejam eles de cariz particular e/ou público, são, em última instância, os principais e últimos responsáveis pelas intervenções realizadas no património, bem como pelo seu uso (devido ou indevido) ou mesmo o seu abandono.

Qualquer intervenção no património edificado deve ser devidamente ponderada e enquadrada num cenário de médio/longo prazo, através de programas de uso sólido e duradouro e orçamentos responsáveis. Não basta garantir as verbas para a reabilitação de um edifício histórico sem que se salvguarde também as verbas anuais para as atividades que aí se irão desenvolver, incluindo planificação e previsão anual de verbas para a sua manutenção.

É sabido que os edifícios, ou outras estruturas com um uso regular, tendem a manter-se mais ou menos estáveis. Operações simples de manutenção preventiva ou corretiva são cruciais na conservação dos edifícios. Por outro lado, edifícios sem uso regular ficam sujeitos a um processo de degradação contínuo e progressivo, podendo mesmo chegar a situações irreversíveis. A consciência destes processos de degradação tornam evidente a necessidade de, por vezes, se ter de intervir ao nível da contenção da degradação, caso não se preveja a curto prazo uma intervenção de fundo.

Refira-se que a adaptação de infraestruturas existentes a usos do quotidiano, na sua grande maioria muito diferentes da função original para que foram pensados e construídos, deve estar sujeita a um escrutínio exaustivo de modo a garantir a sua compatibilidade. Caso seja necessária uma intervenção mais robusta que ponha em causa o princípio da reversibilidade, esta deverá ser altamente ponderada, estudando-se o máximo de alternativas possíveis de modo a

poder avançar-se com convicção para a solução mais assertiva. Esta deverá ser construída de forma exímia, com materiais duradouros que “saibam envelhecer”, e de tal forma integrada, que possa ser lida como parte do todo ainda que assuma a sua contemporaneidade.

O nosso património edificado, tal como o conhecemos, raramente poderá ser associado a uma única época construtiva. Reduzir a identificação de um edifício ou conjunto a uma única época é, na maioria das vezes, muito redutor. A este propósito, nunca será demais lembrar o conceito de “pré-existência”, que o saudoso arquiteto Fernando Távora tão bem soube transmitir às seguintes gerações, e que alerta para a necessidade de uma apurada leitura do objeto de estudo e toda a sua envolvente numa perspetiva material/física/construída, mas também para as questões imateriais referentes à evolução histórica e cultural e contexto socioeconómico.

Não menos importante é o conceito de Enquadramento Paisagístico / Zona Especial de Proteção. A legislação atual peca por defeito, sobretudo no que concerne a sítios, conjuntos ou monumentos que se relacionam de forma evidente com a sua envolvente. A título de exemplo alerta-se para o enquadramento paisagístico de castelos ou aldeias históricas, nos quais, ainda que reabilitados de forma exemplar, apresentam uma envolvente inadequada, que nada contribui para a sua valorização. Particular atenção deve ser dada aos locais classificados como Património Mundial da Humanidade aos quais foi reconhecido pela UNESCO um Valor Universal Excecional [VUE]. Nestes locais todos os edifícios fazem parte do todo que vale pelo seu conjunto.

Na requalificação do património edificado, incluindo-se os edifícios correntes e monumentais [Património Cultural Imóvel], é quase sempre possível a manutenção das estruturas existentes: paredes, pavimentos e coberturas, mesmo quando aparentam degradação. A inspeção e o diagnóstico do estado das estruturas e da envolvente são um contributo fundamental para a avaliação real do estado dos materiais e da possibilidade de manutenção.

CONSTRUÇÃO

A preservação das estruturas existentes, para além de contribuir para a identidade dos imóveis e, conseqüentemente, da cidade, traduz-se, ainda, em sustentabilidade com ganhos ambientais e económicos. Mesmo considerando que os custos da execução dos reforços necessários à garantia da estabilidade estrutural de uma construção são idênticos aos da execução de uma nova estrutura, a análise económica final será sempre vantajosa à manutenção da estrutura existente. Os volumes da demolição e o seu transporte a vazadouros são consideravelmente menores, revelando-se numa economia do ponto de vista ambiental [traduzida numa diminuição global da produção de CO₂].

O património edificado tem sido frequentemente alvo de demolições, totais ou parciais, e de alterações profundas à sua forma, estrutura e aspeto. Embora estas ocorrências façam parte da evolução, o modo como estas ocorrem evidencia falha no cumprimento das melhores práticas no âmbito da gestão de património e na garantia da sua segurança estrutural, em particular, no que se refere à ação sísmica.

O levantamento histórico-arqueológico do edificado deve ser feito por técnicos especializados [historiadores e arqueólogos] e apoiado pelos meios tecnológicos necessários [nomeadamente a fotogrametria e os varrimentos laser].

O desempenho face à humidade tem de ser uma das preocupações maiores, pois a água, quer no estado líquido quer no estado vapor, é um dos principais fatores de degradação do património. A elaboração de estudos higrotérmicos, suportados na monitorização e simulação numérica, fazem parte de uma abordagem indispensável antes de obras de reabilitação, conservação e restauro.

PLANEAMENTO E GESTÃO DO PROJETO

As intervenções no património edificado exigem uma coordenação por entidades e empresas especializadas na avaliação do seu estado, das prioridades, dos recursos financeiros disponíveis, da capacidade de recursos humanos profissionais com saberes adequados em engenharia e arquitetura. O sucesso só é conseguido quando se dispõe de programas, anteprojetos, projetos de execução e estimativas de custo muito detalhadas. São ainda essenciais equipas multidisciplinares que saibam integrar os valores patrimoniais com as necessidades atuais, incluindo engenheiros, arquitetos, arqueólogos, historiadores, conservadores e restauradores, entre outros.

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ATORES

Há um vasto conhecimento científico e técnico, na área do património, produzido em Portugal. Contudo, nem sempre houve a preocupação de transferir esse conhecimento de forma organizada para a prática. Deve fazer-se o levantamento de muitos dos trabalhos desenvolvidos [investigação, projetos e obras] e divulgá-los de forma sistematizada, dando ênfase ao conhecimento consolidado de carácter prático que deve estar acessível a todos e ser transferido para as intervenções, o que muitas vezes não acontece.

A qualificação das empresas de diagnóstico, inspeções e ensaios, de estudos e projetos e de construção terá de ser a preocupação maior. Atualmente a escolha e contratação se baseia mais em condicionantes económicas do que na experiência e conhecimento técnico. As consequências serão, inevitavelmente, a perda de valor enquanto património cultural ou, no mínimo, a menor qualidade e durabilidade da intervenção, dado que ao custo inicial terá de se somar os custos das intervenções de correção das patologias/anomalias durante a vida expectável das soluções adotadas.

Não é aceitável que projetistas, empresas de construção e entidades fiscalizadores possam intervir em projetos e obras sem evidenciar competências específicas para esses trabalhos. Não dispomos nas organizações profissionais de qualificação de projetistas com especialização na área do património e, ao nível das empresas de construção, também não existe um sistema claro e organizado de qualificação e de evidência de competências. Assim se propõe a criação, junto das respetivas ordens de especializações para arquitetos e engenheiros na área do património, e de alvarás distintos para as empresas de construção com essa especificidade. Nas intervenções de natureza predominantemente técnico-artística deve intervir um outro perfil profissional, o de conservador-restaurador.

A reabilitação do património edificado assume um papel relevante no setor da construção. Cabe aos governantes atualizar a legislação existente, fixando as exigências a observar e as entidades responsáveis pela sua verificação, e às organizações profissionais e à sociedade civil, como um todo, o papel fundamental de contribuir para programar, quantificar e fasear as necessidades e os investimentos necessários, para que seja encontrada uma estratégia de continuidade indispensável para a solidez do tecido empresarial e dos serviços especializados.

Aos decisores na área do património cabe a responsabilidade de exigir a imprescindível qualificação dos intervenientes. Caso contrário, não se pode comparar o incomparável e os riscos de inadequação das intervenções são inegavelmente maiores. Nunca haverá qualidade sem atores qualificados e a desvalorização profissional só pode conduzir a soluções medíocres.

A formação é um dos vetores fundamentais na qualificação profissional de todos os atores, o que pressupõe adequar o ensino de nível superior que se realiza em Portugal, como também refletir sobre a necessidade de formação dos quadros superiores, dos quadros intermédios e dos trabalhadores qualificados para realização manual de tarefas específicas. Teria de se enfrentar com toda a clareza um problema, que é uma oferta muito desequilibrada de um ensino superior universitário e politécnico, muitas vezes demasiado desfocado das necessidades, e a quase ausência de escolas profissionais que formem aqueles que sabem executar. Devemos procurar promover ações de formação com níveis diferenciados que permitam qualificar os projetistas e as empresas que atuam no património. Temos a profunda convicção de que sem qualificação e conhecimento não será possível realizar obras com qualidade e durabilidade.

Num contexto de crescente especialização dos técnicos superiores assiste-se, no entanto, a uma perda de conhecimentos específicos no campo do saber-fazer fora do contexto académico e científico. A desvalorização dos saber-fazer constitui uma perda. O trabalho que os detentores dos saber-fazer tradicionais desenvolvem não é suficientemente prestigiado pela sociedade, o que leva à frustração pessoal e à busca de outros campos profissionais mais atrativos e reconhecidos.

Falta reconhecimento e validação da transmissão de competências externas à academia. Os cursos profissionais fora do ensino formal são raros e cobrem somente alguns tópicos. Como muitos desses cursos acontecem fora dos sistemas de aprendizagem formal, não são reconhecidos. Esta é uma desvantagem para os potenciais participantes que, compreensivelmente, querem uma qualificação reconhecida, nomeadamente através de créditos para entrada numa formação superior. É urgente evitar a continuada perda de conhecimentos valiosos que constituem as raízes do conhecimento tradicional que, uma vez perdidas, serão difíceis de readquirir.

Assim, nunca é demais lembrar a importância da educação para o património, tendo em conta a população na sua globalidade e, em particular, os jovens. É necessário corrigir a reduzida ênfase dada ao Património Cultural na Educação para a Cidadania. Trata-se de um trabalho de fundo que obriga a uma certa resiliência e muita persistência. Sendo necessário estimular a participação dos cidadãos e o associativismo em defesa do património, deveria contar-se com os meios de comunicação, que têm uma enorme capacidade de sensibilizar o grande público.

EM SUMA, AS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES NA ÁREA DA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO SÃO:

- 1.** Envolver nas intervenções no Património Cultural Construído agentes com qualificação e visão básicas no diagnóstico, inspeção e ensaios, projeto e fiscalização, execução e promover uma visão multidisciplinar [arquitetura, engenharias, paisagismo, conservação e restauro, arqueologia, história da arte, etc.];
- 2.** O projeto deve estabelecer todos os detalhes, materializado no caderno de encargos, preferencialmente exigencial, mapas de trabalhos e quantidades, desenhos gerais e de pormenor. O orçamento terá de ser elaborado por medidores e orçamentistas especialistas com preparação específica e conhecedores dos métodos construtivos e das particularidades destas intervenções;

3. Na obra é indispensável que às empresas de construção seja exigida uma qualificação específica. Não pode ficar resumida aos alvarás existentes para as construções novas [mesmo esta é insuficiente, como se sabe]. Trata-se de uma especialização que ainda não foi regulamentada, o que permite que em obras particulares não seja exigida qualquer qualificação adequada;

4. Os quadros técnicos das empresas de construção e fiscalização deverão ter formação para organizar as equipas de mão de obra especializadas nas várias artes, bem como conhecer os métodos e processos construtivos aplicáveis. Os sistemas de qualificação previstos, por exemplo, na Convenção-Quadro de Faro 2005, nomeadamente o SQREP [Sistema de Qualificação para a Reabilitação do Edificado e do Património] são instrumentos adequados, que permitem a classificação e certificação dos profissionais e entidades que atuam na reabilitação do património;

5. Embora na área da Conservação e Restauro os técnicos tenham formação adequada e sejam prestigiados, há dificuldade em assegurar a sua continuidade, devido às remunerações pouco atrativas, em função dos preços das obras, o que tem motivado vários técnicos a procurar outras profissões;

6. Falta de articulação interinstitucional e interdisciplinar que garanta a eficácia da implementação de medidas atempadas para a preservação do património, de interoperabilidade entre os diferentes intervenientes na reabilitação;

7. Criação de estratégias de apoio à preservação dos saber-fazer tradicionais [escolas profissionais], nomeadamente, para os trabalhos da pedra, do ferro, da madeira, do gesso, da pintura mural e do uso da cal, da construção em terra e em alvenaria, entre outros, que vão sendo perdidos face à rutura da cadeia de transmissão do conhecimento tradicional a que se assiste em toda a Europa.

RECOMENDAÇÕES PROPOSTA DE MEDIDAS

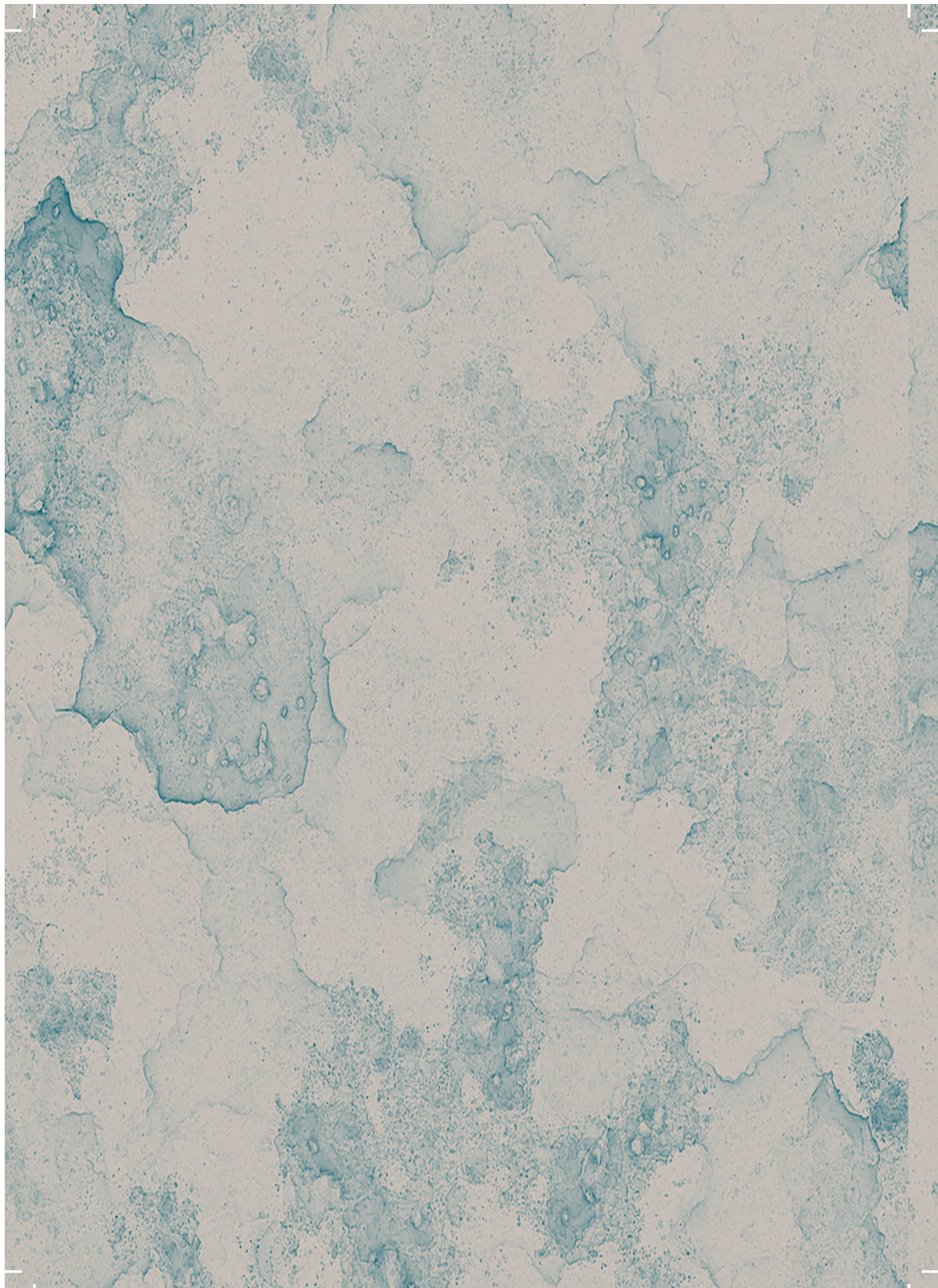
A reabilitação e conservação do património constituem uma atividade indispensável às sociedades modernas e desenvolvidas. No entanto, em cada momento é necessário ajustar as intervenções às potencialidades e às necessidades. A reabilitação do património edificado deve constituir uma das prioridades em Portugal. É fundamental que o Estado contribua para definir um plano estratégico para um período alargado que quantifique as necessidades de intervenções, defina disponibilidades financeiras e incentivos, hierarquize as prioridades, sensibilize e regule com flexibilidade e calendarize um plano de ação.

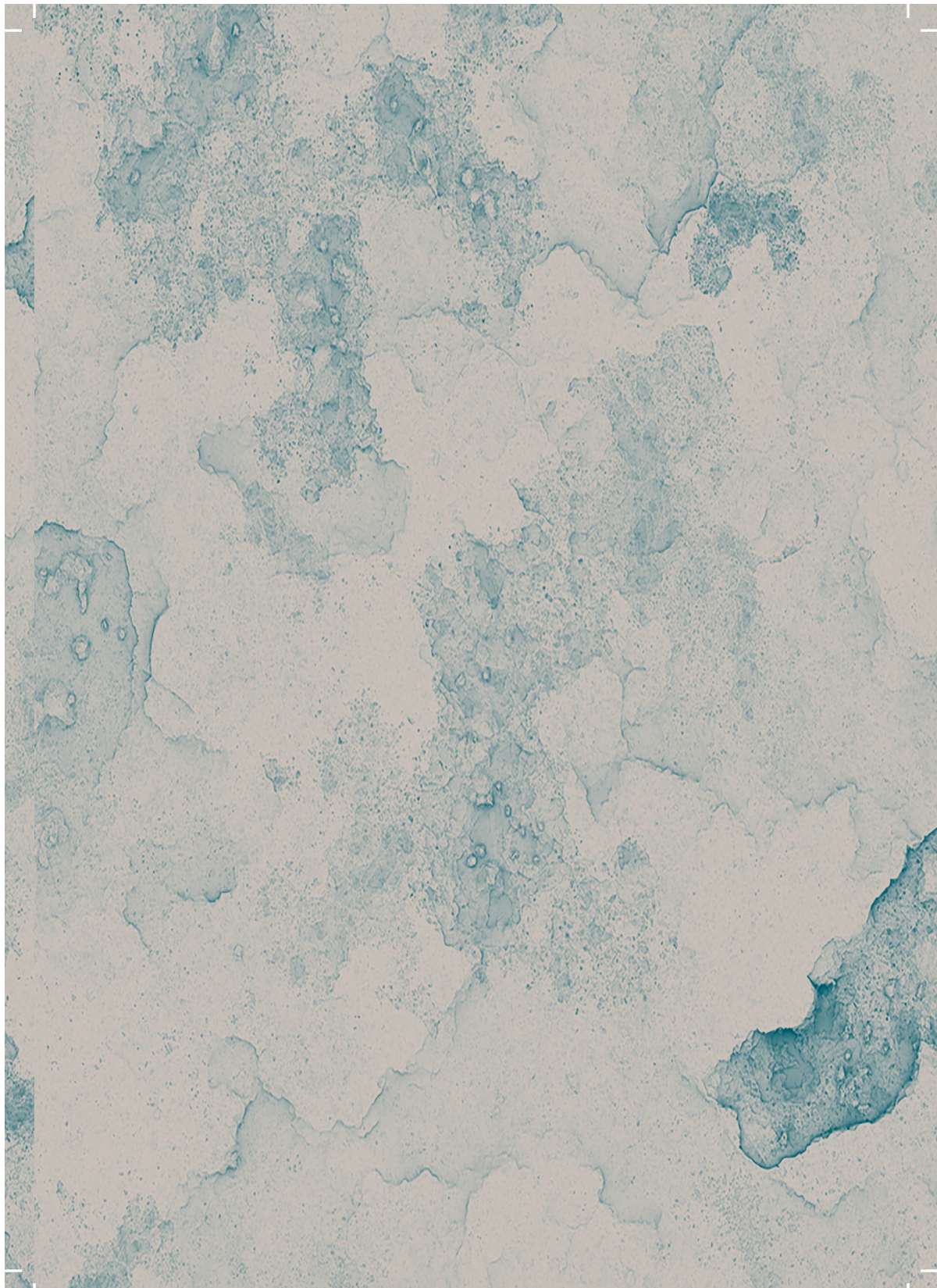
O GECOIPA – Grémio do Património tem, ao longo de mais de duas décadas, contribuído para a reabilitação do edificado e para a valorização dos centros históricos e aldeias tradicionais, bem como para a preservação do património, como forma de salvaguardar a nossa herança cultural, e está disponível para contribuir para a definição de uma estratégia nacional para a reabilitação e conservação do Património, sendo este documento o seu primeiro contributo.

AS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DESTES DOCUMENTOS DE REFLEXÃO PODEM SER TRADUZIDAS EM 10 MEDIDAS:

- 1.** Todos os patrimónios devem ser contemplados num plano estratégico para a Conservação e Reabilitação (2022-2030), a saber: cultural edificado, corrente, industrial do século XX. Propõe-se a criação de um inventário do património edificado detalhado, que tenha em consideração uma avaliação dos métodos construtivos e do estado de conservação. O inventário terá de contemplar o levantamento, o mapeamento e a caracterização do grau de conservação/degradação, bem como estar disponível numa plataforma acessível a todos;
- 2.** Identificação das entidades que tutelam/gerem o património, isto é, quem tem a responsabilidade e quem vai investir na sua manutenção (entidades públicas, privadas ou mistas);

- 3.** Criação e implementação um modelo de inspeção do património edificado que quantifique e qualifique as condições de segurança, o conforto, as acessibilidades, as instalações disponíveis e a sustentabilidade;
- 4.** Identificar os principais riscos para o património construído e as ações para os mitigar. Considera-se crucial importância que, para além dos riscos naturais como os deslizamento de terras, as cheias ou os sismos entre outros, se reflita sobre os seguintes aspetos: a) alterações climáticas; b) intervenções demasiado rápidas sem estudos aprofundados; c) uso inadequado; d) falta de qualidade das intervenções por insuficiente qualificação dos atores; e) massificação do turismo cultural que pode constituir uma ameaça às condições de equilíbrio higrotérmico e à degradação dos edifícios;
- 5.** Promoção da transferência de conhecimento entre a academia e os diversos atores que agem diretamente no património e a publicação da informação técnica, através de uma plataforma com a participação das universidades, centros de investigação, instituições do estado central e municípios, acessível a técnicos e ao público;
- 6.** Adoção de um modelo de ensino superior ajustado e de formação especializada, bem como promover a qualificação profissional de todos aqueles que atuam no património, indispensável à promoção da qualidade e durabilidade das intervenções;
- 7.** Criação de especializações no património edificado para engenheiros e arquitetos pelas respetivas ordens profissionais;
- 8.** Elaboração de um plano estratégico nacional de intervenção e financiamento para as obras de conservação e reabilitação do património, no período 2022-2030, que inclua programas de investimento e financiamento plurianuais;
- 9.** Clarificar o papel do investimento público na conservação e reabilitação do Património Cultural Edificado do Estado e propor um novo modelo de incentivos ao mecenato sensibilizando os cidadãos e as empresas;
- 10.** Sensibilização da população, em particular das camadas mais jovens, para a importância do património e para as formas como podem contribuir para a sua salvaguarda e valorização, nomeadamente através de programas nos órgãos de comunicação social generalistas.





ASSOCIADOS

Coletivos ordinários

ACTIA – Engenharia e Construções, Lda.

Atelier in.vitro

Atelier Samthiago, Lda.

ADF – Augusto de Oliveira Ferreira & C.^a, Lda.

CACAO – Civil Engineering, Lda.

CBC – Construções Borges & Cantante, Lda.

Cerne – Projeto e Consultoria, Lda.

D.I.D – Design Investigation & Development unipessoal, Lda.

Ferreira Lapa, Lda.

Gestip – Gestão Imobiliária e de Participações, Lda.

MONUMENTA – Reabilitação do Edifício e Conservação do Património, Lda.

NCREP – Consultoria em Reabilitação do Edifício e Património, Lda.

NVE – Engenharias e Construção, S.A.

OZ – Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade em Estruturas e Fundações, Lda.

Pretensa – Inovação em engenharia, Lda.

Professor Engenheiro Vasco Peixoto de Freitas, Lda.

Revivis – Reabilitação, Restauro e Construção, Lda.

Saint-Gobain

Simple.works!

Schmitt Elevadores, Lda.

S&P – Clever Reinforcement Ibérica Materiais de Construção, Lda.

STB – Reabilitação do Património Edifício, Lda.

Umbelino Monteiro, S.A.

Coletivo extraordinário

OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos

Individuais

Eng. Aníbal Guimarães da Costa

Dr. Antero Leite

Arq. Diana Roth

Eng. Dulce Franco Henriques

Eng. Esmeralda Paupério

Eng. Inês Flores-Colen

Eng. João Augusto Martins Jacinto

Eng. Luís Pedro Monteiro S. Mateus

Eng. Lurdes Belgas Reis

Eng. Miguel Reis Freire Cartucho

Eng. Paulo Lourenço

ÓRGÃOS SOCIAIS 2021 - 2023

Direção

Presidente

Inês Flores-Colen
[membro individual]

Vogal

Filipe Ferreira
[ADF – Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, Lda.]

Vogal

José António Brás Borges
[CBC – Construções Borges & Cantante, Lda.]

Assembleia Geral

Presidente

Vítor Cóias
[Gestip, Lda.]

Vice-Presidente

Carlos Garrido Mesquita
[Oz, Lda.]

Secretário

Tiago Ilharco
[NCREP – Consultoria em Reabilitação do Edificado e Património, Lda.]

Conselho Fiscal

Presidente

João Martins Jacinto

[membro individual]

Vogal Efetivo

Lurdes Belgas Reis

[membro individual]

Vogal Efetivo

João Graça

[Simple.works!]

Vogal Suplente

Joel Claro

[MONUMENTA – Conservação e Restauro do Património, Lda.]

